

OS JARDINS BOTÂNICOS LUSO-BRASILEIROS

Nelson Sanjad

Na segunda metade do século XVIII, as ciências naturais assumiram um caráter pragmático e utilitarista na Europa. A zoologia, a botânica, a agronomia e a geologia foram cultivadas para a diversificação e o fortalecimento da economia, particularmente dos setores agrícola e minerador, como ferramentas para a administração colonial e também como símbolos do Estado moderno, racional e centralizado. Muitos jardins botânicos foram construídos nesse período como espaços destinados para a recolha e o ordenamento de produtos naturais, para a experimentação agrícola, para a sociabilidade da elite e para a educação da população. França, Holanda, Inglaterra, Áustria e Espanha são alguns dos países que instalaram redes de jardins botânicos nos seus territórios nacionais e coloniais, articuladas a partir de um estabelecimento central, vinculado à coroa, e em competição com outros países pelo número de espécies vegetais domesticadas, sobretudo as de interesse econômico, pelo domínio do conhecimento sobre o cultivo dessas espécies, pelo controle de rotas comerciais e pelo abastecimento de mercados consumidores.

O governo português começou a estruturar uma rede para o cultivo de espécies vegetais a partir da década de 1760, quando foi criado o Jardim Botânico da Ajuda, com o fim explícito de coordenar a coleta e a classificação dos produtos naturais provenientes das colônias (1;2;3;4). Essa iniciativa estava vinculada a uma política de Estado fortemente influenciada por princípios fisiocráticos, e que também foi responsável pela reforma do ensino universitário, pela organização de expedições e pela criação de academias e de instituições científicas (5;6;7;8;9). Nesse contexto, coleções de produtos naturais e informações geográficas, expressas em mapas, desenhos, roteiros, relações e memórias, ganharam importância estratégica para o conhecimento e gestão do território (10).

Na década de 1790, D. Rodrigo de Souza Coutinho, ministro da Marinha e Ultramar do príncipe regente D. João, ampliou essa política com novas medidas administrativas. Dentre elas, consta a ordem expedida para vários pontos do império, determinando a construção de hortos botânicos. No Brasil, os governadores do Grão-Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Goiás receberam cartas circulares com essa orientação, mas a maioria teve dificuldades em criar e manter os jardins. Somente D. Francisco de Souza Coutinho, irmão de D. Rodrigo e capitão-general do Grão-Pará e Rio Negro, teve êxito na execução da ordem (11).

Em 1798, o horto paraense já estava funcionando, junto ao antigo Hospício dos Capuchos de N. S. da Piedade, transformado em quartel do Regimento da Infantaria após a expulsão das ordens missionárias. Instalado com 12 mil metros quadrados, o espaço recebeu mudas de vegetais nativos e exóticos, estes contrabandeados de Caiena, além de árvores produtoras de madeiras utilizadas na construção civil e naval. O comando foi dado, primeiramente, a proprietários franceses exilados em Belém em razão das revoltas de escravos na Guiana. Depois, militares portugueses assumiram a direção do horto. A mão-de-obra era formada, basicamente, por degredados (aprisionados no quartel ao lado) e por escravos nacionais (1;12;13).

Ao incentivar a produção de mudas de espécies nativas no jardim botânico, D. Francisco pretendia criar a base para a futura transformação da economia amazônica, então sustentada pelo extrativismo das “drogas do sertão”. A domesticação dessas plantas, cujas expedições de coleta eram cada vez mais dispendiosas, se consorciada ao cultivo de espécies exóticas com alto valor comercial, como o cravo e a canela, poderia trazer ganhos de produtividade a um custo relativamente baixo. Essa “descoberta” do governador foi devidamente reconhecida por D. Rodrigo, que fez do jardim paraense o modelo a ser seguido pelas demais capitanias. Simultaneamente, o ministro determinou a ampliação das plantações, de modo que o jardim pudesse fornecer mudas e sementes para outros pontos do império.

Entre 1798 e 1802, novas cartas foram expedidas para São Paulo, Salvador, Goiás, Olinda, São Luís e Vila Rica, dessa vez ordenando a instalação de jardins similares ao do Pará, considerado, então, um horto “econômico” e “muito produtivo”. Era frequente a distribuição do catálogo das plantas já cultivadas em Belém e também de mudas e sementes. Por exemplo, em 1801 e 1802, inúmeras remessas foram feitas ao governador do Maranhão. Nesse mesmo período, houve tentativas de instalar um horto em Goiás e outro em Salvador. Dois “mapas” das plantas existentes no jardim botânico paraense, datados de 1800, caracterizam a coleção ali reunida e como o cultivo era organizado. Ambos os mapas são divididos em duas seções: “Dentro do cercado” e “Madeiras de construção e mais fruteiras fora do cercado”. As plantas são enumeradas em ordem alfabética, pelo nome vulgar. A primeira seção reunia 82 espécies nativas e exóticas, no total de 2.354 pés. Desse montante, destacam-se 546 bananeiras, 300 pés de cana-de-açúcar da terra, 300 de cana-de-açúcar da Índia, 125 de caneleiras e 50 pés de anil manso. Dentre as preciosidades vindas de Caiena, constam abricós, frutas-pão, abacateiros e cravos da Índia. Outras espécies exóticas têm a sua proveniência anotada, como a quina de Suriname, os jasmims do Cabo da Boa Esperança, os jasmims da Itália, as goiabeiras do Mato Grosso e as jacas da Bahia. Ao lado das exóticas, aparecem as plantas nativas da Amazônia, como a baunilha, o cacau, a casca preciosa, a copaibeira, o cravo da terra, a seringueira e muitos outros vegetais conhecidos pelos usos na farmácia, alimentação, construção e indústria. Na segunda seção, a grande maioria das 58 espécies (451 pés) é nativa e fornecedora de madeira. Provavelmente foram plantadas fora do cercado pelo tamanho que as árvores iriam adquirir. No total, o jardim possuía 2.805 plantas de 140 espécies diferentes (2;12).

O complexo agrícola de Belém era tão promissor que, a partir de 1804, uma grande reforma foi realizada na cidade. Um extenso pântano foi aterrado, melhorando a salubridade urbana e ampliando sobremaneira a área destinada ao cultivo de especiarias. Nesse mesmo local foram criados o Jardim das Caneleiras, um passeio público e um jardim de recreio ornado com fontes e plantas úteis à farmácia. A conclusão dessa reforma coincide com a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, e com a conquista da Guiana Francesa por tropas luso-brasileiras e mercenários ingleses, um ano depois. Com a Guiana nas mãos dos portugueses, o intercâmbio de vegetais em território luso-brasileiro viria a ser plenamente realizado por meio da transferência da coleção de plantas exóticas que a França havia reunido, primeiramente para Belém e depois para o Rio de Janeiro e Olinda.

Havia, na região de Caiena, um famoso complexo agrícola mantido pela coroa francesa, formado pela Habitation Royale des Épiceries, mais conhecida como La Gabriele, pela Habitation de Mont-Baduel, pela Habitation Tilsit e pela Fábrica de Madeiras de Nancibo. Essas propriedades torna-

ram-se os principais exemplos de estabelecimentos coloniais na Guiana, em extensão, produtividade e número de escravos. A posse de La Gabriele, se não representou motivo preponderante para a invasão da Guiana pelas tropas luso-brasileiras, certamente estaria entre os maiores benefícios a serem obtidos pelos portugueses com a anexação de uma colônia tão conturbada. Além de ser uma das principais fontes de renda da colônia, La Gabriele reunia todas as espécies vegetais almeçadas pelos portugueses.

Em abril de 1809, D. Rodrigo mandou o governador do Grão-Pará providenciar o transporte, de Caiena para Belém e para outros domínios, “da maior quantidade possível de todas as árvores de especiaria”. Juntamente com elas, deveriam seguir “hábeis jardineiros”, desde que não fossem “contaminados da ideologia liberal”. No mesmo mês, nova ordem determinava a transferência das plantas do jardim paraense para o Rio de Janeiro, lembrando que a procura de “todo o gênero de culturas” era o “ponto mais essencial para o Brasil” naquele momento (2;12).

A primeira remessa foi realizada no final de 1809, para Belém. Foi o administrador de La Gabriele, Joseph Martin, quem assinou a lista de plantas e as instruções para o plantio. Nesse lote foram enviados, dentre outras, a noz-moscada, caneleiras, carambolas, a árvore do pão d’Otaiti, a moringueira, o cravo da Índia, a groselheira da Índia, a pimenteira, o bilimbi, a bananeira d’Otaiti, o sapoti, a nogueira de Bancoul e, pela primeira vez introduzida no Brasil, a cana d’Otaiti, que passou a ser conhecida como cana caiena ou caiana. No total, 82 espécies foram embarcadas em seis caixas (14). Para garantir a sobrevivência das plantas, o governador do Pará apelou aos moradores vizinhos ao jardim botânico de Belém para que ajudassem no trabalho de aclimação, e determinou uma guarda especial para fiscalizar os cercados construídos para esse fim.

No Rio de Janeiro, a conquista da Guiana significou a oportunidade certa para D. Rodrigo retomar seus antigos planos. Ainda em 1809, uma decisão régia havia autorizado a concessão de prêmios e outras vantagens às pessoas que fizessem aclimatar especiarias da Índia ou iniciassem o cultivo de vegetais úteis, decisão ampliada no ano seguinte para a isenção total de dízimos e taxas alfandegárias. Ao mesmo tempo, cumpria organizar os jardins botânicos nas demais capitanias do Brasil para que o império português tirasse o máximo proveito de La Gabriele. A Imprensa Régia publica, então, o “Discurso sobre a utilidade da instituição de jardins nas principais províncias do Brasil”, de Manuel Arruda da Câmara, no qual propõe a criação de hortos para o cultivo de espécies nativas e exóticas (15). Com uma conjuntura favorável e o interesse das autoridades, providências foram tomadas pelo governo para garantir o sucesso da transferência das plantas. No Rio de Janeiro, a Fazenda da Lagoa Rodrigo de Freitas, onde havia sido instalada uma fábrica de pólvora, foi o local escolhido por D. Rodrigo para centralizar os experimentos agrícolas com espécies exóticas. Em 1809, muitas plantas foram introduzidas ali, contrabandeadas da Ilha de França (atual Ilhas Maurício) por Luiz de Abreu. A partir de 1810, as remessas enviadas de Caiena e Belém também tiveram como destino o horto botânico que ali se criou, e que daria origem ao atual Jardim Botânico do Rio de Janeiro (16).

Em Olinda, um horto botânico também foi criado para receber as plantas de La Gabriele, assim como servir de entreposto para as remessas que saíam de Caiena e de Belém para o Rio de Janeiro. Em 1810, Manuel Arruda da Câmara, o autor do “Discurso sobre a utilidade da instituição dos jardins...”, foi nomeado diretor do jardim pernambucano, mas não pôde assumir em virtude de seu falecimento. Em ofício de abril de 1811,

o intendente geral de Caiena, João Severiano Maciel da Costa, defendeu junto ao ministro dos negócios do interior a necessidade de um horto botânico em Pernambuco, para onde vinha enviando muitas plantas. Em julho do mesmo ano, D. Rodrigo respondeu a Maciel da Costa louvando sua iniciativa e informando que as plantas que chegaram à corte foram logo enviadas “para o estabelecimento da Lagoa de Freitas”. D. Rodrigo também elogiou o jardineiro que acompanhou a remessa, Étienne-Paul Germain, a quem prometeu muitas recompensas. No Rio de Janeiro, Germain recebeu a incumbência de elaborar uma memória sobre a agricultura no Brasil e um projeto para a instalação de um curso de botânica e química. Logo em seguida, foi nomeado para dirigir o horto de Olinda (2;12).

Era intenção de D. Rodrigo atrair ao Brasil “hábeis cultivadores” e “homens industriosos”. Para isso, Maciel da Costa fez intensa propaganda em Caiena do governo português, garantindo aos moradores da cidade liberdade de culto, convencendo-os da benevolência do príncipe regente e mandando imprimir e distribuir obras que atacavam o governo francês. Germain era um desses industriosos que receberam atestado de idoneidade. Na passagem por Pernambuco, ainda em 1811, escolheu o local e deixou uma relação dos vegetais plantados no novo horto. Eram mudas e sementes de cravo da Índia, noz moscada, fruta do conde, carambola, sapotizeiro, jalapa e outras tantas. Quando retornou como diretor, em 1812, encontrou muitas plantas já aclimatadas e outras introduzidas pelo padre João Ribeiro Pessoa de Mello Montenegro, encarregado provisoriamente do jardim. Em 1816, uma nova “Lista das plantas que existem presentemente no Real Jardim de Plantas em Olinda” foi apresentada ao governador por Germain. Nela constam 37 variedades de plantas em 2.541 pés, a grande maioria transportada de Caiena. Germain ficou no cargo até o seu falecimento, em 1817 (2;12).

Instalado o horto de Olinda, consolidou-se a rota de transplantação, não raro acontecendo de remessas de plantas serem enviadas do Pará para Caiena, e daí para o sul; ou do Rio de Janeiro para Pernambuco (2;11). Maciel da Costa foi uma figura chave na concretização da rede de jardins luso-brasileiros. Nos balanços e relatórios que enviou para a corte, fez detalhadas descrições sobre La Gabriele e demonstrou como os portugueses poderiam lucrar com o jardim, inclusive financeiramente. A administração do complexo agrário da Guiana era uma de suas preocupações centrais, motivo pelo qual concentrou a comercialização de especiarias nas mãos do governo e instituiu rígidas medidas disciplinares para as pessoas envolvidas com o cultivo e a exportação dos produtos.

O empenho de Maciel da Costa nos revela o quanto era valorizada a cultura de especiarias. Os meticulosos inventários realizados no jardim de Caiena e nos demais hortos funcionavam não apenas como relações de espécies vegetais conquistadas à natureza e aos países considerados concorrentes, mas como valiosos bens cujo preço era cotado internacionalmente. A importância dessas plantas pode ser comprovada nas crises monetárias, quando muitas delas eram utilizadas na Guiana Francesa, segundo Maciel da Costa, como moeda corrente para pagamentos, principalmente o cravo da Índia, a noz-moscada e a canela.

As melhores safras de La Gabriele ocorreram em 1812 e em 1814. Em 1815, a fazenda deu prejuízo. A maior parte da produção seguia para a Inglaterra, os Estados Unidos e o Pará, de onde era re-exportada. Além da exportação, Maciel da Costa também destinou as especiarias à corte. Por exemplo, em abril de 1811, enviou ao Rio de Janeiro nove caixas com cravo, canela, pimenta e amostras da pimenta branca, pedindo que o informassem do gasto anual da

casa real. Também enviou doces, móveis, produtos de história natural e pequenos presentes feitos com asas de insetos. Por sugestão de D. Rodrigo, recebeu em Caiena, enviados do Pará, “alguns rapazes hábeis e com talentos”, os quais foram entregues a Martin para que aprendessem o cultivo de plantas (2;12). Maciel da Costa pode ser considerado um dos mais ativos incentivadores do cultivo de especiarias, exemplo do empenho com que as autoridades portuguesas buscaram difundir novas culturas na Colônia e, sem dúvida, um elemento fundamental para o bem sucedido intercâmbio entre os quatro jardins mencionados. Em novembro de 1817, após a assinatura da Convenção de Paris, Maciel da Costa deixou Caiena em direção ao Rio de Janeiro, levando consigo mais uma remessa de plantas. Em maio do ano seguinte, D. João VI decretou a ampliação do horto fluminense, a mudança do nome para Real Jardim Botânico (anexo ao Museu Real) e nomeou Maciel da Costa para dirigir as plantações de cravo e outras especiarias. A partir dessa data, o intercâmbio entre os jardins foi reduzido em razão de mudanças políticas na corte, que levaram, inclusive, à perda de interesse do governo central pelos jardins de Belém e de Olinda. O primeiro sobreviveria até a década de 1870, mantido pelo governo provincial, mas com outra configuração. O segundo foi extinto na década de 1840. Ambos, contudo, foram responsáveis pela introdução, aclimação e disseminação de muitas espécies vegetais pelo país, incluindo algumas que, mais tarde, teriam importância econômica, como a cana caiana. Por outro lado, contribuíram para a transformação de hábitos culturais da população, principalmente a alimentação (2;17;18). Do ponto de vista local, os jardins instalados em Belém, em Olinda e no Rio de Janeiro tornaram-se marcos urbanos para os habitantes dessas cidades, assim como importantes espaços de sociabilidade. No caso de Belém, a construção do jardim deu ensejo para uma reforma urbana que permitiu a interiorização da cidade. Embora hoje não existam vestígios de sua existência, soterrada pelas camadas do tempo, o jardim e seus anexos traçaram os principais eixos de crescimento urbano do século XIX. No caso do Rio de Janeiro, a instalação do jardim em local afastado do centro precedeu a própria cidade, dando forma e vida a uma extensa área da antiga capital do país. A rede formada por esses jardins, apesar de breve, constituiu uma das poucas iniciativas da coroa lusitana para institucionalizar a pesquisa científica no espaço ultramarino, conforme a política agrarista do final do século XVIII. Essa rede demonstra não apenas uma notável capacidade de articulação no governo português, primeiramente a partir de Lisboa e depois do Rio de Janeiro, como também a maneira pragmática pela qual as ciências naturais foram arremetidas em benefício do império. Ao longo do século XIX, mesmo após serem extintas as motivações que lhe deram origem, ela permaneceu como referência para outros jardins criados no Brasil, como o de Salvador, o de São Paulo e o de Vila Rica (11).

Nelson Sanjad é graduado em comunicação social, doutor em história da ciência, coordenador de comunicação e extensão do Museu Paraense Emílio Goeldi. Email: nsanjad@museu-goeldi.br.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Sanjad, N. “Portugal e os intercâmbios vegetais no mundo ultramarino: as origens da rede luso-brasileira de jardins botânicos, 1750-1800”. In: Alves, J. J. A. (Org.). *Múltiplas faces da história das ciências na Amazônia*. Belém: Edufpa, p. 77-101. 2005.
- Sanjad, N. “Nos jardins de São José: uma história do Jardim Botânico do Grão-Pará, 1796-1873”. IG/Unicamp. Dissertação de mestrado. Campinas. 2001.
- Castel-Branco, C. *Jardim Botânico da Ajuda*. Lisboa: AAJBA/Livros Horizonte. 1999.
- Munteal Filho, O. “Domenico Vandelli no anfiteatro da natureza: a cultura científica do reformismo ilustrado português na crise do antigo sistema colonial (1779-1808)”. Departamento de História/ PUC-RJ. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro. 1993.
- Sanjad, N.; Pataca, E.M. “As fronteiras do ultramar: engenheiros, matemáticos, naturalistas e artistas na Amazônia, 1750-1820”. In: *Artistas e artífices e a sua mobilidade no mundo de expressão portuguesa*. Actas do VII Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte, Porto, 2005. Porto: Universidade do Porto, pp.431-437. 2007.
- Lopes, M. M.; Silva, C. P.; Figueirôa, S. F. M.; Pinheiro, R. “Scientific culture and mineralogical sciences in the Luso-Brazilian Empire - the work of João da Silva Feijó (1760-1824) in Ceará”. *Science in Context*, Vol.18, pp.201-224. 2005
- Munteal Filho, O. “Uma sinfonia para o novo mundo: a Academia Real das Ciências de Lisboa e os caminhos da ilustração luso-brasileira na crise do antigo sistema colonial”. IFCS/UFRJ. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro. 1998.
- Domingues, A. *Viagens de exploração geográfica na Amazônia em finais do século XVIII: política, ciência e aventura*. Lisboa: Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração/Centro de Estudos de História do Atlântico. 1991.
- Simon, W. J. *Scientific expeditions in the Portuguese overseas territories (1783-1808) and the role of Lisbon in the intellectual-scientific community of the late eighteenth century*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical. 1983.
- Domingues, A. “Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no império português em finais do Setecentos”. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, Vol.8 (Supl.), pp.823-838. 2001.
- Jobim, L. C. “Os jardins botânicos no Brasil colonial”. *Bibl. Arq. Mus. Lisboa*, Vol.2, pp.53-120. 1986.
- Sanjad, N. “Éden domesticado: a rede luso-brasileira de jardins botânicos, 1790-1820”. *Anais de História de Além-Mar*, Lisboa, Vol.7, pp.251-278. 2006.
- Segawa, H. *Ao amor do público. Jardins no Brasil*. São Paulo: Fapesp; Studio Nobel. 1996.
- Notícia histórica e abreviada para servir à cultura de uma remessa de árvores espedeiras e fructíferas destinada a sua excellencia o senhor capitão general do Pará por sua senhoria, o senhor Manoel Marques, governador interino da Colonia de Cayena*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia. 1810.
- Câmara, M. A. “Discurso sobre a utilidade da instituição de jardins nas principais províncias do Brasil (1810)”. In: *Obras reunidas. Coligidas e com estudo biográfico por José Antônio Gonsalves de Mello*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife. 1982.
- Bediaga, B. “Conciliar o útil ao agradável e fazer ciência: Jardim Botânico do Rio de Janeiro - 1808 a 1860”. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Vol.14, pp.1131-1157. 2007.
- Mello Neto, J. A. G. “Nota acerca da introdução de vegetais exóticos em Pernambuco”. *Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais*, Vol.3, pp.33-64. 1954.
- Freyre, G. “O HortodelReiemOlinda”. *Rvta. Inst. Arqueol. Pernambuco*, Vol.37, pp.208-214. 1942.